

CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

REGIMENTO DO PROGRAMA DE MESTRADO EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL DO CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (PROFMAT-BNU)

TÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

- Art. 1º. O Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT) é um programa de pós-graduação *stricto sensu* em Matemática com oferta nacional, semipresencial, reconhecido e avaliado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), credenciado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), validado pelo Ministério da Educação (MEC), realizado por uma rede nacional de Instituições de Ensino Superior no contexto do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e coordenado pela Comissão Acadêmica Nacional, que opera sob a égide da Diretoria da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), com o apoio do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, conduzindo ao título de Mestre.
- **Art. 2º.** O Centro Tecnológico, de Ciências Exatas e Educação (CTE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sediado em Blumenau, integra o PROFMAT na condição de Instituição Associada.
- **Art. 3º.** O Curso do PROFMAT do CTE (PROFMAT-BNU) tem como objetivo proporcionar formação matemática aprofundada e relevante ao exercício da docência na Educação Básica, visando dar ao(à) egresso(a) qualificação certificada para o exercício da prática avançada e transformadora da profissão de professor(a) de Matemática de modo a possibilitar o atendimento de demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho.
- **Art. 4º.** Aplicam-se, a este Regimento Interno, as seguintes definições:



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

- I Docente: servidor(a) ocupante de cargo na carreira de Magistério Superior, conforme a Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012;
- II Pesquisador(a): servidor(a) com vínculo docente ou técnico(a)-administrativo(a)
 com instituição de ensino e/ou pesquisa que desenvolve, com regularidade, atividades de pesquisa com produção intelectual no âmbito da pós-graduação;
- III Professor(a): aquele(a) que desenvolve, independentemente do tipo de vínculo institucional, com regularidade, atividade de ensino e/ou pesquisa e extensão no âmbito da pós-graduação; e
- IV Corpo Docente: conjunto de profissionais que exercem atividades de ensino e/ou pesquisa e extensão no âmbito da pós-graduação, independentemente do tipo de vínculo institucional.
- **Art. 5º.** As áreas de concentração do PROFMAT-BNU são definidas em uma Regulamentação Interna infra regimental específica.
- **Art. 6°.** As Linhas de Pesquisa do Programa são definidas em uma Regulamentação Interna infra regimental específica.

TÍTULO II DA COORDENAÇÃO DIDÁTICA E ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I DA COORDENAÇÃO DIDÁTICA

Seção I

Das Disposições Gerais

- **Art. 7º.** A coordenação didática do PROFMAT-BNU caberá aos seguintes órgãos colegiados:
 - I Colegiado Pleno; e



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

II – Colegiado Delegado.

Secão II

Da Composição dos Colegiados

- **Art. 8º.** O Colegiado Pleno do PROFMAT-BNU terá a seguinte composição:
- I todos(as) os(as) docentes credenciados(as) como permanentes e integrantes do quadro de pessoal docente efetivo da UFSC;
- II representantes do corpo discente, eleitos(as) pelos(as) estudantes regulares, na proporção de 1/5 (um quinto) dos membros docentes efetivos(as) do Colegiado Pleno, sendo a fração superior a 0,5 (meio) computada como 1 (um) representante;
- III representantes dos professores credenciados(as) como permanentes que não integram o quadro de pessoal docente efetivo da UFSC, eleitos(as) pelos seus pares, na proporção de 1/5 (um quinto) dos membros docentes efetivos(as) do Colegiado Pleno, sendo a fração superior a 0,5 (meio) computada como 1 (um) representante; e
- IV Chefia do Departamento que abrigar o maior número de docentes credenciados(as) como Permanentes.
- § 1º Cada representante discente titular deverá ter um(a) suplente, também discente, eleitos(as) conjuntamente por seus pares.
- § 2º O mandato dos(as) representantes discentes titulares, e dos(as) respectivos(as) suplentes, será de um ano, permitida a reeleição.
- § 3º Aos(às) servidores(as) Técnico-Administrativos(as) em Educação (TAE) vinculados(as) ao Programa, é facultada a inclusão de representação de um(a) membro no Colegiado Pleno, devendo esta ser requerida a este Colegiado e deliberada pelo mesmo, o que pode ocorrer a qualquer tempo.
- § 4º A suplência do(a) membro definido no inciso IV será exercida por seu(ua) suplente legal.
- **Art. 9º.** O Colegiado Delegado do PROFMAT-BNU terá a seguinte composição:



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

I – o(a) coordenador(a) e o subcoordenador(a);

II – 1/5 (um quinto) do corpo docente efetivo da UFSC, credenciados(as) como permanentes no Programa e eleitos(as) por seus pares, sendo a fração superior a 0,5 (meio) computada como 1 (um) representante; e

III – 1/5 (um quinto) dos(as) representantes discentes do Colegiado Pleno, indicado(a) por seus pares do mesmo colegiado, sendo a fração superior a 0,5 (meio) computada como 1 (um) representante, e garantida a representação por, pelo menos, um discente.

§ 1º Caso exista representação dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) vinculados ao Programa no Colegiado Pleno, é facultada este sua inclusão como membro no Colegiado Delegado.

§ 2° A representação docente será eleita pelos seus pares, através do voto secreto universal e por maioria simples, entre os membros do corpo docente permanente do Programa que integram o quadro de pessoal docente efetivo da UFSC, garantida a representação das distintas áreas de concentração ou, quando houver apenas uma área de concentração, das distintas linhas de pesquisa.

§ 3º Os(as) representantes mencionados(as) no inciso II terão cada qual um(a) suplente pertencente ao corpo docente efetivo da UFSC, credenciado(a) como permanente no Programa e eleito(a) por seus pares.

§ 4º Os(as) representantes mencionados(as) no inciso III terão cada qual um(a) suplente pertencente ao corpo discente do Colegiado Pleno e indicado(a) por seus pares nesse Colegiado.

Art. 10. A designação dos(as) membros do Colegiado Delegado, com seus respectivos mandatos, será efetuada pela Direção da respectiva unidade universitária.

§ 1° O mandato dos(as) membros titulares e suplentes será de 2 (dois) anos para os(as) servidores(as) docentes e TAEs e de 1 (um) ano para os(as) discentes, sendo permitida a reeleição em ambos os casos.



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

- § 2° Aos(às) membros titulares representantes do corpo docente no Colegiado Delegado será atribuída a carga horária de 2 (duas) horas semanais.
- **Art. 11.** Caberão ao(à) coordenador(a) e ao(à) subcoordenador(a) do PROFMAT-BNU, respectivamente, a presidência e a vice-presidência dos Colegiados Pleno e Delegado.
- **Art. 12.** O funcionamento dos colegiados observará o disposto no Regimento Geral da Universidade.

Parágrafo único. É permitida, desde que circunstanciada via correio eletrônico, aprovada pelo respectivo colegiado e em caráter de excepcionalidade, a participação dos membros nas reuniões desse colegiado por meio de sistema de interação de áudio e vídeo em tempo real, a qual será considerada no cômputo do quórum da reunião.

Secão III

Das Competências dos Colegiados

- Art. 13. Compete ao Colegiado Pleno do PROFMAT-BNU:
 - I aprovar o Regimento do Programa e as suas alterações, submetendo-os à homologação da Câmara de Pós-Graduação;
 - II estabelecer as diretrizes gerais do Programa;
 - III aprovar reestruturações nos currículos dos cursos, submetendo-as à homologação da Câmara de Pós-Graduação;
- IV eleger o(a) coordenador(a) e o(a) subcoordenador(a), observado o disposto na Resolução Normativa Nº 154/CUn/2021 e no Regimento do Programa;
- V estabelecer os critérios específicos para credenciamento e recredenciamento de professores(as), observado o disposto na Resolução Normativa Nº 154/CUn/2021, submetendo-os à homologação da Câmara de Pós-Graduação;
- VI julgar, em grau de recurso, as decisões do(a) coordenador(a), a ser interposto no prazo de 10 (dez) dias a contar da ciência da decisão recorrida;



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

- VII manifestar-se, sempre que convocado, sobre questões de interesse do PROFMAT-BNU:
- VIII aprovar os planos e relatórios anuais de atividades acadêmicas e de aplicação de recursos;
- IX aprovar a criação, extinção ou alteração de áreas de concentração, submetendo-as à homologação da Câmara de Pós-Graduação;
- X propor as medidas necessárias à integração da pós-graduação com o ensino de graduação, e, quando possível, com a educação básica;
- XI decidir os procedimentos para aprovação das bancas examinadoras de defesa de trabalhos de conclusão do curso;
- XII decidir os procedimentos para aprovação das indicações dos(as) coorientadores(as) de trabalhos de conclusão encaminhadas pelos(as) orientadores(as); e
- XIII zelar pelo cumprimento da Resolução Normativa Nº 154/CUn/2021 e do Regimento do Programa.

Art. 14. Compete ao Colegiado Delegado do PROFMAT-BNU:

- I propor ao Colegiado Pleno alterações no Regimento do Programa, no currículo dos cursos e nas normas de credenciamento e recredenciamento de professores(as);
 - II aprovar o credenciamento inicial e o recredenciamento de professores(as);
- III aprovar a programação periódica dos cursos proposta pelo(a) coordenador(a),
 observado o Calendário Acadêmico da UFSC;
- IV aprovar o plano de aplicação de recursos do Programa apresentado pelo(a) coordenador(a);
- V estabelecer os critérios de alocação de bolsas atribuídas ao Programa, observadas as regras das agências de fomento;
 - VI homologar os resultados dos processos seletivos;
- VII decidir nos casos de pedidos de declinação de orientação e substituição de orientador(a);



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

- VIII decidir sobre a aceitação de créditos obtidos no PROFMAT em outra
 Instituição Associada, observado o disposto neste Regimento;
- IX decidir sobre pedidos de antecipação e prorrogação de prazo de conclusão de curso, observado o disposto na Resolução Normativa Nº 154/CUn/2021;
- X decidir sobre os pedidos de defesa fora de prazo e de depósito fora de prazo do
 Trabalho de Conclusão de Curso na Biblioteca Universitária;
 - XI deliberar sobre processos de transferência e desligamento de estudantes;
- XII dar assessoria ao(à) coordenador(a), visando ao bom funcionamento do Programa;
- XIII propor convênios de interesse do Programa, observados os trâmites processuais da UFSC;
- XIV deliberar sobre outras questões acadêmicas previstas na Resolução Normativa Nº 154/CUn/2021 e no Regimento do Programa; e
- XX zelar pelo cumprimento da Resolução Normativa Nº 154/CUn/2021 e do regimento do Programa.

Seção IV

Das Reuniões dos Colegiados

- Art. 15. Os colegiados terão reuniões ordinárias ou extraordinárias.
- § 1º As reuniões ordinárias do Colegiado Pleno deverão ocorrer, ao menos, uma vez por ano letivo.
- § 2º As reuniões ordinárias do Colegiado Delegado deverão ocorrer, ao menos, uma vez por período letivo.
- **Art. 16.** Os colegiados terão suas reuniões sempre convocadas pelo(a) Coordenador(a), por iniciativa própria ou atendendo a pedido de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus membros, mencionando-se o assunto que deva ser tratado, salvo se este for considerado secreto a juízo do(a) Coordenador(a).



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

§ 1º As convocações serão feitas por escrito ou por meio eletrônico, com antecedência

mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º Em caso de urgência, o prazo de convocação poderá ser reduzido, e a indicação da

pauta ser omitida, quando ocorrerem motivos excepcionais a serem justificados no início da

respectiva reunião.

Art. 17. O comparecimento às reuniões é obrigatório e preferencial em relação a qualquer

outra atividade administrativa, de ensino, pesquisa ou extensão na Universidade.

§ 1º Perderá o mandato no Colegiado Pleno os membros referentes aos incisos II e III do

artigo 8º que, sem causa justificada, faltarem a mais de 3 (três) reuniões consecutivas ou a

6 (seis) alternadas, ou tiverem sofrido penalidade por infração incompatível com a

dignidade da vida universitária.

§ 2º Perderá o mandato no Colegiado Delegado os membros referentes aos incisos II e III

do Artigo 9º que, sem causa justificada, faltarem a mais de 3 (três) reuniões consecutivas

ou a 6 (seis) alternadas, ou tiverem sofrido penalidade por infração incompatível com a

dignidade da vida universitária.

Art. 18. Na falta ou impedimento do(a) coordenador(a) ou de seu substituto legal, a

Presidência de quaisquer dos dois colegiados será exercida por seu membro mais antigo

do quadro de pessoal docente efetivo da UFSC e, no caso de igualdade de condições,

pelo(a) mais idoso(a) dentre eles(as).

Art. 19. Para cada assunto constante da pauta, haverá uma fase de discussão e outra de

votação, procedendo-se, em ambas, de acordo com a praxe seguida na condução dos

trabalhos.

Art. 20. As decisões dos colegiados serão tomadas pelo voto da maioria dos membros

presentes, ressalvadas as disposições em contrário.



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

- § 1º A votação será simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma sempre que uma das duas outras não seja requerida nem esteja expressamente prevista.
- § 2º Além do voto comum, terá o(a) coordenador(a), nos casos de empate, o voto de qualidade.
- § 3º Excetuada a hipótese do parágrafo anterior, os membros dos colegiados terão direito a apenas um voto nas deliberações, mesmo quando a eles(as) pertençam sob dupla condição.
- § 4º Nenhum membro dos colegiados poderá votar nas deliberações que, diretamente, digam respeito a seus interesses particulares, de seu cônjuge, descendentes, ascendentes ou colaterais, os últimos até o terceiro grau.
- § 5º Ressalvados os impedimentos legais, nenhum membro de um colegiado poderá recusar-se a votar.
- **Art. 21.** De cada reunião lavrar-se-á ata, assinada pelo(a) secretário(a), que será discutida e votada na reunião seguinte e, após aprovação, subscrita pelo(a) coordenador(a) e demais membros presentes.

CAPÍTULO II

DA COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Seção I

Da Coordenação e de Suas Competências

- **Art. 22.** A coordenação administrativa do PROFMAT-BNU será exercida pelo(a) coordenador(a) e pelo(a) subcoordenador(a), integrantes do quadro de pessoal docente efetivo da UFSC.
- § 1º O Colegiado Pleno escolherá, através de voto secreto universal e por maioria simples, o(a) coordenador(a) e o(a) subcoordenador(a).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS BLUMENAU CENTRO TECNOLÓGICO. DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCA

CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

- § 2º O mandato do coordenador(a) e do subcoordenador(a) é de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.
- § 3º Terminado o mandato do(a) coordenador(a), não havendo candidatos para o cargo, será designado, em caráter *pro tempore*, o membro mais antigo dos integrantes do quadro de pessoal docente efetivo da UFSC pertencente ao colegiado pleno do Programa.

Art. 23. São competências do(a) coordenador(a):

- I convocar e presidir as reuniões dos colegiados;
- II elaborar as programações dos cursos, respeitado o Calendário Acadêmico, submetendo-as à aprovação do Colegiado Delegado;
- III preparar o plano de aplicação de recursos do programa, submetendo-o à aprovação do Colegiado Delegado;
- IV elaborar os relatórios anuais de atividades e de aplicação de recursos, submetendo-os à apreciação do Colegiado Pleno;
- V submeter à aprovação do Colegiado Delegado os nomes dos(as)
 professores(as) que integrarão:
 - a. a comissão de credenciamento e recredenciamento de docentes; ou
 - b. qualquer outra comissão criada para atender às necessidades do Programa;
- VI decidir sobre as bancas examinadoras de defesa de Trabalhos de Conclusão do Curso:
- VII decidir sobre as indicações de orientadores(as) e de co-orientadores(as) de
 Trabalhos de Conclusão, ambas encaminhadas pelos(as) orientadores(as);
- VIII decidir ad referendum dos Colegiados Pleno ou Delegado, em casos de urgência ou inexistência de quórum, devendo a decisão ser apreciada pelo colegiado equivalente dentro de 30 (trinta) dias;
- IX articular-se com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG) e com a Comissão Acadêmica Nacional do PROFMAT para acompanhamento, execução e avaliação das atividades do Programa;



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

- X coordenar todas as atividades do Programa sob sua responsabilidade;
- XI representar o Programa, interna e externamente à UFSC, nas situações relativas à sua competência;
 - XII delegar competência para execução de tarefas específicas;
- XIII zelar pelo cumprimento da Resolução Normativa Nº 154/CUn/2021 e do Regimento e normas internas do Programa;
- XIV realizar os trâmites administrativos no âmbito da Instituição Associada referentes à concessão de bolsas de estudo: e
- XV gerenciar os sistemas acadêmicos e administrativos da UFSC e do PROFMAT.

Parágrafo único. Nos casos previstos no inciso VIII, persistindo a inexistência de quórum para nova reunião convocada com a mesma finalidade, será o ato considerado ratificado.

Art. 24. Compete ao(à) subcoordenador(a):

- I substituir o(a) coordenador(a) em suas faltas ou impedimentos;
- II completar o mandato do(a) coordenador(a) em caso de vacância;
- III auxiliar o(a) coordenador(a) na realização do planejamento e do relatório anual;
 e
- IV acompanhar e coordenar o desenvolvimento dos programas de ensino e avaliações das disciplinas ministradas.
- § 1º Nos casos em que a vacância do inciso II ocorrer antes da primeira metade do mandato, será eleito(a) novo(a) subcoordenador(a) na forma prevista neste Regimento, o qual acompanhará o mandato do(a) titular.
- § 2º Nos casos em que a vacância do inciso II ocorrer depois da primeira metade do mandato, o Colegiado Pleno do programa indicará um(a) subcoordenador(a) para completar o mandato.
- § 3º No caso de vacância da subcoordenação, seguem-se as regras definidas nos



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

parágrafos 1º e 2º deste artigo.

Seção II

Da Secretaria e de Suas Competências

- **Art. 25.** Os serviços de apoio administrativo serão prestados pela Secretaria do Programa, subordinada diretamente à Coordenação, à qual compete:
- I superintender os serviços rotineiros e outros que lhes sejam atribuídos pela
 Coordenação;
- II manter atualizados os registros acadêmicos e cadastrais referentes ao corpo discente e ao corpo docente;
 - III receber e processar os requerimentos de inscrições de seleção e matrícula;
- IV registrar, no Sistema de Controle Acadêmico da Pós-Graduação, a frequência e as notas obtidas pelos estudantes, encaminhando-as aos órgãos competentes, quando solicitadas;
- V distribuir e arquivar todos os documentos relativos às atividades didáticas, científicas e administrativas;
- VI manter atualizada a coleção de leis, decretos, portarias, circulares, resoluções e outras normas que regulamentam os Programas de Pós-Graduação da UFSC;
 - VII manter atualizado inventário de equipamentos e materiais do programa;
- VIII preparar, assinando com o(a) Coordenador(a), documentos relativos ao histórico escolar dos discentes;
 - IX secretariar as reuniões dos Colegiados;



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

X – zelar pelo controle e conservação de seu equipamento e material;

XI – manter atendimento no horário de expediente;

XII – expedir aos(às) professores(as) e discentes, em tempo hábil, as convocações

para reuniões e os avisos de rotina;

XIII – exercer tarefas próprias de rotina administrativa e outras que lhe sejam

atribuídas pelo(a) Coordenador(a); e

XVI - elaborar relatórios com dados relativos ao corpo docente e discente e ao

funcionamento geral do programa, a serem encaminhados periodicamente à direção do

CTE e/ou aos órgãos da Administração Central da UFSC responsáveis pela pesquisa e

Pós-Graduação.

CAPÍTULO III

DO CORPO DOCENTE

Seção I

Disposições Gerais

Art. 26. O corpo docente do PROFMAT-BNU será constituído por professores(as)

doutores(as) credenciados(as) pelo Colegiado Delegado, observadas as disposições desta

seção e os critérios do SNPG.

Art. 27. O credenciamento e recredenciamento dos(as) professores(as) do PROFMAT-

BNU observarão os dispositivos deste Capítulo e os critérios específicos estabelecidos pelo

Colegiado Pleno em Regulamentação Interna infra regimental específica.

Parágrafo Único. Dentre os critérios específicos mencionados no caput deste artigo,

deverão ser incluídas exigências relativas à produção intelectual, conforme os indicadores

do SNPG que servem de base para avaliação dos programas na respectiva área de

Rua João Pessoa, 2750, Velha – Blumenau/SC – CEP: 89.036-256 – Tel.: (48) 3721-3336 profmat.blumenau.ufsc.br / profmat.bnu@contato.ufsc.br

CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

conhecimento.

Art. 28. Os processos de credenciamento de novos(as) professores(as) para o PROFMAT-

BNU ocorrerão em fluxo contínuo.

Art. 29. Para os fins de credenciamento e recredenciamento junto ao PROFMAT-BNU,

os(as) professores(as) serão classificados(as) como:

I – Professores(as) Permanentes;

II - Professores(as) Colaboradores(as); ou

III – Professores(as) Visitantes.

Art. 30. O credenciamento e o recredenciamento serão válidos por até quatro anos e

deverão ser aprovados pelo Colegiado Delegado.

§ 1º Nos casos de não recredenciamento, o(a) professor(a) deverá permanecer

credenciado(a) na categoria Colaborador até finalizar as orientações em andamento.

§ 2º Os critérios de avaliação do(a) professor(a), para os fins do disposto no caput deste

artigo, por ocasião do recredenciamento, deverão contemplar a avaliação pelo corpo

discente na forma definida pelo Colegiado Pleno nas Regulamentações Internas infra

regimentais específicas referidas no *caput* do art. 27 deste Regimento.

Art. 31. A atuação eventual em atividades esporádicas não caracteriza um(a) docente ou

pesquisador(a) como integrante do corpo docente do programa em nenhuma das

classificações previstas no art. 29 deste Regimento.

Parágrafo Único. Por atividades esporádicas, a que se refere o caput deste artigo,

entendem-se as palestras ou conferências, a participação em bancas examinadoras, a

colaboração em disciplinas, a coautoria de trabalhos publicados, a coorientação de

Trabalhos de Conclusão de Curso ou a participação em projetos de pesquisa.

Seção II



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

Dos(as) Professores(as) Permanentes

- **Art. 32.** Podem integrar a categoria de Permanentes os(as) professores(as) enquadrados(as) e declarados(as) anualmente pelo Programa na Plataforma Sucupira e que atendam a todos os seguintes pré-requisitos:
 - I desenvolvimento, com regularidade, de atividades de ensino no programa;
 - II participação em projetos de pesquisa do programa;
 - III orientação, com regularidade, de alunos do programa;
 - IV regularidade e qualidade na produção intelectual; e
 - V vínculo funcional-administrativo com a instituição.
- § 1º As funções administrativas no Programa serão atribuídas aos(às) docentes permanentes do quadro de pessoal docente efetivo da UFSC.
- § 2º O Programa deverá zelar pela estabilidade, ao longo do quadriênio, do conjunto de docentes declarados como Permanentes.
- § 3º Quando tratar-se de servidor(a) técnico-administrativo(a) em educação da UFSC, a atuação no Programa deverá ser realizada sem prejuízo das suas atividades na unidade de lotação, podendo-se assegurar até 20 (vinte) horas semanais para alocação em atividades de pesquisa e/ou extensão.
- § 4° Os(as) Professores(as) Permanentes do Programa deverão pertencer majoritariamente ao quadro de docentes efetivos da UFSC.
- **Art. 33.** Em casos especiais e devidamente justificados, docentes e pesquisadores(as) não integrantes do quadro de pessoal efetivo da UFSC que vierem a desenvolver atividades de pesquisa, ensino e orientação junto ao PROFMAT-BNU poderão ser credenciados como Permanentes nas seguintes situações:
- I quando recebam bolsa de fixação de docentes ou pesquisadores(as) de agências federais ou estaduais de fomento;
 - II quando, na qualidade de professor(a) ou pesquisador(a) aposentado(a), tenham



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

formalizado Termo de Adesão para prestar serviço voluntário na Universidade nos termos da legislação vigente;

III – quando tenham sido cedidos, por acordo formal, para atuar na UFSC;

IV – a critério do Programa, quando o docente estiver em afastamento longo para a realização de estágio pós-doutoral, estágio sênior ou atividade relevante em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação e não desenvolverem, com regularidade, atividades de ensino na pós-graduação e projetos de pesquisa;

V – docentes ou pesquisadores(as) integrantes do quadro de pessoal de outras
 Instituições de Ensino Superior ou de Pesquisa, mediante a formalização de convênio específico com a instituição de origem, por um período determinado;

VI – docentes ou pesquisadores(as) que, mediante a formalização de termo de adesão, vierem a prestar serviço voluntário na Universidade nos termos da legislação pertinente; ou

VII – professores(as) visitantes com acordo formal com a UFSC.

Seção III

Dos(as) Professores(as) Colaboradores(as)

Art. 34. Podem integrar a categoria de Colaboradores(as) os(as) demais membros do corpo docente do Programa que não atendam a todos requisitos para serem enquadrados como professores(as) permanentes ou como visitantes, incluídos(as) os bolsistas de pósdoutorado, mas que participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão, independentemente de possuírem ou não vínculo com a instituição.

§ 1º As atividades desenvolvidas pelo(a) Professor(a) Colaborador(a) deverão atender aos requisitos previstos nos documentos da respectiva Área de Avaliação do SNPG.

§ 2º As atividades de pesquisa ou extensão poderão ser executadas com a orientação de mestrandos e doutorandos.



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

§ 3º Docentes e pesquisadores(as) não integrantes do quadro de pessoal efetivo da UFSC poderão ser credenciados como Colaboradores, respeitadas as condições definidas nos Incisos I a VII do art. 33 deste Regimento.

Seção IV

Dos(as) Professores(as) Visitantes

- **Art. 35.** Podem integrar a categoria de Visitantes os(as) docentes ou pesquisadores(as) com vínculo funcional-administrativo com outras instituições, brasileiras ou não, que sejam liberados(as), mediante acordo formal, das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborarem, por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral, em projeto de pesquisa e/ou atividades de ensino no PROFMAT-BNU, permitindo-se que atuem como coorientadores(as).
- § 1º A atuação dos(as) docentes ou pesquisadores(as) visitantes no Programa deverá ser viabilizada por contrato de trabalho por tempo determinado com a instituição ou por bolsa concedida para esse fim, pela própria instituição ou por agência de fomento.
- § 2º A Câmara de Pós-Graduação estabelecerá as normas e os procedimentos para contratação de Professor Visitante na UFSC.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

CAPÍTULO I DA DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Da Duração do Curso

Art. 36. O curso do PROFMAT-BNU terá a duração mínima de 12 (doze) e máxima de 30 (trinta) meses.



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

Parágrafo único. Excepcionalmente, ao disposto no SNPG, por solicitação justificada do(a) estudante e com anuência do(a) orientador(a), os prazos a que se refere o *caput* deste artigo poderão ser antecipados, mediante decisão do Colegiado Delegado.

Seção II

Dos afastamentos

- **Art. 37.** Nos casos de afastamentos em razão de tratamento de saúde, sua ou de familiar, que impeça o(a) estudante de participar das atividades do curso, os prazos a que se refere o *caput* do art. 36 poderão ser suspensos, mediante solicitação do(a) estudante, devidamente comprovada por atestado médico.
- § 1º Entende-se por familiares, que justificam afastamento do(a) estudante, cônjuge ou companheiro(a), pais, filhos(as), padrasto ou madrasta, enteado(a) ou dependente que viva à sua expensa, devidamente comprovado.
- § 2º O atestado médico deverá ser entregue na Secretaria de Pós-Graduação do *campus* Blumenau em até 15 (quinze) dias úteis após o primeiro dia do atestado médico, cabendo ao(à) estudante ou seu(sua) representante a responsabilidade de protocolar seu pedido em observância a este prazo.
- § 3º Caso o requerimento seja intempestivo, o(a) estudante perderá o direito de gozar do afastamento para tratamento de saúde dos dias já transcorridos.
- § 4º O período máximo de afastamento para tratamento de saúde de familiar será de 90 (noventa) dias.
- § 5º O período máximo de afastamento para tratamento de saúde de estudante será de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por mais 180 (cento e oitenta) dias.
- § 6º Os atestados médicos com períodos inferiores a 30 (trinta) dias não serão considerados para afastamento para tratamento de saúde, cujos períodos não serão acrescidos ao prazo para conclusão do curso.



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

Art. 38. Afastamentos em razão de maternidade ou de paternidade serão concedidos por período equivalente ao permitido aos servidores públicos federais, mediante apresentação de certidão de nascimento ou de adoção à Secretaria do Programa.

CAPÍTULO II

DO CURRÍCULO, DA CARGA HORÁRIA E DO SISTEMA DE CRÉDITOS

- **Art. 39.** A estrutura curricular do PROFMAT-BNU contempla:
- I disciplinas obrigatórias, consideradas indispensáveis à formação do(a) estudante nas Áreas de Concentração do PROFMAT-BNU; e
- II disciplinas eletivas, que contemplam os conteúdos e aspectos mais específicos que contemplam as linhas de pesquisa.
- § 1º As disciplinas obrigatórias são definidas em Regulamentação Interna infra regimental específica e de acordo com o Regimento do PROFMAT.
- § 2º As disciplinas eletivas lecionadas no PROFMAT-BNU são definidas em Regulamentação Interna infra regimental específica e pertencem, obrigatoriamente, ao rol de disciplinas dispostas no Catálogo do PROFMAT.
- Art. 40. Cada unidade de crédito corresponde a 15 (quinze) horas em disciplinas teóricas.
- **Art. 41.** Em consonância com o projeto pedagógico do PROFMAT-BNU, conforme matriz curricular definida pela Comissão Acadêmica Nacional do PROFMAT e com a Resolução Normativa Nº 154/CUn/2021, os(as) alunos(as) do PROFMAT-BNU deverão cumprir, no mínimo, 40 (quarenta) créditos em atividades didáticas, cujos obrigatórios correspondem a:
- I-36 (trinta e seis) créditos em disciplinas, totalizando 28 créditos referente às 7 disciplinas obrigatórias e 8 créditos em 2 disciplinas eletivas; e
 - II 4 (quatro) créditos em Trabalho de Conclusão de Curso.



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

§ 1º A cada ano, as disciplinas do PROFMAT-BNU são oferecidas regularmente em três

períodos letivos: Primeiro Período Letivo, Segundo Período Letivo e Período de Verão,

segundo a programação estabelecida pela Comissão Acadêmica Nacional do PROFMAT.

§ 2º As descrições, ementas, programas e bibliografias das disciplinas são definidas no

Catálogo de Disciplinas, elaborado e revisado regularmente pela Comissão Acadêmica

Nacional do PROFMAT.

Art. 42. Os(as) docentes das disciplinas são designados pelo(a) Coordenador(a), dentre os

membros do seu corpo docente.

Art. 43. Quaisquer disciplinas do Catálogo do PROFMAT que foram concluídas com

aprovação em qualquer Instituição Associada poderão ter seus créditos validados no

PROFMAT-BNU caso sejam satisfeitos os critérios definidos em Regulamentação Interna

infra regimental específica.

§ 1º A solicitação de validação de créditos em disciplinas deve ocorrer no ato da primeira

matrícula no Programa ou ao longo do curso.

§ 2º Tais solicitações deverão ser feitas por meio de formulário específico disponibilizado

na página do PROFMAT-BNU. O formulário, preenchido e assinado, deve ser enviado para

a Secretaria do Programa, por e-mail, juntamente com os documentos comprobatórios

da(s) referida(s) disciplina(s), que contenham as seguintes informações: ementa e/ou

conteúdo programático, professor(a) responsável, nota/conceito e carga horária.

§ 3º Após a formalização, a solicitação será encaminhada para análise e deliberação do

Colegiado Delegado.

CAPÍTULO III

DA PROFICIÊNCIA EM IDIOMAS

Art. 44. Será exigida a comprovação de proficiência em Inglês, podendo ocorrer no ato da



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

primeira matrícula no Programa ou ao longo do primeiro ano acadêmico.

- § 1º O estudo de idiomas estrangeiros para aprovação de proficiência não gera direito a créditos no programa.
- § 2º Os(as) estudantes estrangeiros(as) do Programas deverão também comprovar proficiência em Língua Portuguesa.
- § 3º Para alunos(as) indígenas brasileiros(as), falantes de Português e uma língua indígena, a mesma poderá ser considerada como equivalente a idioma estrangeiro para fins de proficiência, mediante aprovação do Colegiado Delegado.
- § 4º Os procedimentos para a comprovação da proficiência em idioma estrangeiro serão descritos em Regulamentação Interna infra regimental específica.

CAPÍTULO IV

DO EXAME NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO

- **Art. 45.** O Exame Nacional de Qualificação (ENQ) consiste em uma única avaliação escrita, ofertada duas vezes por ano, versando sobre questões discursivas envolvendo os conteúdos das disciplinas básicas ofertadas nos primeiros dois semestres do curso.
- § 1º As disciplinas básicas, às quais se refere o *caput* do artigo, são as obrigatórias definidas no art. 18 do Regimento do PROFMAT.
- § 2º Cabe exclusivamente à Comissão Acadêmica Nacional definir e publicar no sítio eletrônico do PROFMAT as normas de cada ENQ.
- § 3º A elaboração e correção do ENQ compete à Comissão Nacional de Avaliação dos Discentes do PROFMAT, designada por portaria da Coordenação da Comissão Acadêmica Nacional.
- **Art. 46.** O(a) discente deve, obrigatoriamente, realizar o ENQ imediatamente após ter sido aprovado(a) nas quatro disciplinas básicas e dentro do período de integralização do curso.



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

- § 1º Ao ENQ de cada discente é atribuído o grau de Aprovado(a) ou Reprovado(a).
- § 2º Cada discente dispõe de duas únicas oportunidades consecutivas para obter aprovação no Exame Nacional de Qualificação.

CAPÍTULO V DA PROGRAMAÇÃO PERIÓDICA DOS CURSOS

Art. 47. A programação periódica do PROFMAT-BNU especificará as disciplinas com o número de créditos, cargas horárias e ementas correspondentes e fixará os períodos de matrícula e de ajuste de matrícula, observado o Calendário Acadêmico da UFSC.

Parágrafo Único. As disciplinas somente poderão ser ofertadas quando tiverem, no mínimo, quatro estudantes matriculados, salvo no caso da oferta de disciplinas obrigatórias.

TÍTULO IV DO REGIME ESCOLAR

CAPÍTULO I DA ADMISSÃO E DA MATRÍCULA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 48. A admissão no PROFMAT-BNU é condicionada à conclusão de curso de graduação no país ou no exterior, reconhecido ou revalidado pelo MEC.

Parágrafo Único. Caso o diploma de graduação ainda não tenha sido expedido pela instituição de origem, poderá ser aceita declaração de colação de grau, devendo-se exigir a apresentação do diploma em até 12 (doze) meses a partir do ingresso no Programa.



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

Art. 49. Poderão ser admitidos diplomados(as) em cursos de graduação no exterior,

mediante o reconhecimento do diploma apresentado ao Colegiado Delegado.

§ 1° O reconhecimento a que se refere o caput deste artigo destina-se exclusivamente ao

ingresso do(a) aluno(a) no Programa, não conferindo validade nacional ao título.

§ 2º Os diplomas de cursos de graduação no exterior devem ser apostilados no país

signatário da Convenção de Haia ou autenticados por autoridade consular competente no

caso de país não signatário, exceto quando amparados por acordos diplomáticos

específicos.

§ 3º A Câmara de Pós-Graduação estabelecerá normas e procedimentos para o

reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu emitidos por instituições de

ensino superior estrangeiras.

Art. 50. O processo seletivo de discentes no PROFMAT-BNU se dará, exclusivamente, por

meio do Exame Nacional de Acesso (ENA).

Parágrafo único. As normas de realização do ENA são definidas por meio de editais,

incluindo os requisitos para inscrição, a forma e conteúdo programático, os horários de

aplicação, o número de vagas no PROFMAT-BNU e os critérios de correção, os quais são

elaborados pela Coordenação Acadêmica Nacional, publicado previamente no sítio do

PROFMAT na internet.

Art. 51. A primeira matrícula no curso definirá o início da vinculação do(a) estudante ao

Programa e será efetuada mediante a apresentação dos documentos exigidos.

§ 1º A data de efetivação da matrícula de ingresso corresponderá ao início das atividades

do(a) estudante no respectivo curso.

§ 2º Para ser matriculado(a), o(a) candidato(a) deverá ter sido selecionado(a) no ENA.

§ 3º O(A) estudante não poderá estar matriculado(a), simultaneamente, em mais de um

programa de pós-graduação stricto sensu na UFSC e em instituições públicas nacionais

CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

distintas.

Art. 52. Nos prazos estabelecidos na programação periódica do Programa, o(a) estudante

deverá matricular-se em disciplinas.

Parágrafo único. A matrícula de estudantes estrangeiros(as) e suas renovações ficarão

condicionadas ao atendimento de norma específica aprovada pela Câmara de Pós-

Graduação.

Art. 53. Os estudantes regularmente matriculados no PROFMAT-BNU farão parte do corpo

discente de pós-graduação da UFSC.

Art. 54. Poderão ser aceitas matrículas em disciplinas isoladas de acordo com os critérios

definidos em Regulamentação Interna infra regimental específica.

Art. 55. Poderão ser aceitas transferências de alunos(as) do PROFMAT regularmente

matriculados em outra Instituição Associada, desde que satisfeitos os critérios dispostos

em Regulamentação Interna infra regimental específica.

Seção II

Do Trancamento e da Prorrogação

Art. 56. O fluxo do(a) estudante nos cursos será definido nos termos do art. 36, podendo

ser acrescidos em até 50% (cinquenta por cento), mediante mecanismos de prorrogação,

excetuados o trancamento, a licença-maternidade e as licenças de saúde.

Art. 57. O(A) estudante do PROFMAT-BNU poderá trancar matrícula por até 12 (doze)

meses, em períodos letivos completos, sendo o mínimo um período letivo.

§ 1º O trancamento de matrícula poderá ser cancelado a qualquer momento, resguardado

o período mínimo definido no caput deste artigo, ou a qualquer momento, para defesa do

Trabalho de Conclusão de Curso.

Rua João Pessoa, 2750, Velha – Blumenau/SC – CEP: 89.036-256 – Tel.: (48) 3721-3336 profmat.blumenau.ufsc.br / profmat.bnu@contato.ufsc.br



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

- § 2º Não será permitido o trancamento da matrícula nas seguintes condições
 - I no primeiro período letivo;
 - II em período de prorrogação de prazo para conclusão do curso.
- **Art. 58.** A prorrogação é entendida como uma extensão excepcional do prazo máximo previsto no art. 36, mediante aprovação do Colegiado Delegado.

Parágrafo único. O(A) estudante poderá solicitar prorrogação de prazo, observadas as seguintes condições:

- I por até 12 (doze) meses, descontado o período de trancamento;
- II o pedido deve ser acompanhado de concordância do(a) orientador(a);
- III o pedido de prorrogação, devidamente fundamentado, deve ser protocolado na secretaria no mínimo 60 (sessenta) dias antes de esgotar o prazo máximo de conclusão do curso.

Seção III

Do Desligamento

- **Art. 59.** O(A) estudante terá sua matrícula automaticamente cancelada e será desligado(a) do Programa nas seguintes situações:
- I quando deixar de matricular-se por dois períodos consecutivos, sem estar em regime de trancamento;
 - II caso tenha 2 (duas) reprovações em disciplinas, distintas ou não;
- III se for reprovado(a) pela segunda vez no Exame Nacional de Qualificação, definido no art. 45:
- IV se for reprovado(a) na defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, definido no art. 62;
 - V quando esgotar o prazo máximo para a conclusão do curso;
- § 1º Será dado direito de recurso, no prazo de até 15 dias úteis, para as situações definidas no *caput*, contados da ciência da notificação oficial.



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

- § 2º O(A) estudante que incorrer em uma das situações previstas no *caput* deste artigo somente poderá ser readmitido(a) no Programa por meio de um novo processo de seleção.
- **Art. 60.** O(A) estudante poderá ser desligado(a) do Programa, mediante aprovação pelo Colegiado Delegado, em uma das seguintes situações:
 - I quando não cumprir o prazo para comprovar a proficiência em língua estrangeira;
- II quando se ausentar do Exame Nacional de Qualificação (ENQ) sem justificativas pela segunda vez consecutiva; ou
 - III quando não cumprir o prazo de pedido de defesa.

CAPÍTULO II

DA FREQUÊNCIA E DA AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO ESCOLAR

- **Art. 61.** A frequência é obrigatória e não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária programada, por disciplina ou atividade.
- Parágrafo único. O(A) estudante que obtiver frequência, na forma do caput deste artigo, fará jus aos créditos correspondentes às disciplinas ou atividades, desde que obtenha nota para aprovação.
- **Art. 62.** O aproveitamento em disciplinas será dado por notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), considerando-se 7,0 (sete) como nota mínima de aprovação.
- § 1º As notas serão dadas com precisão de 0,5 (meio) ponto, arredondando-se em duas casas decimais.
- § 2º O índice de aproveitamento será calculado pela média ponderada entre o número de créditos e a nota final obtida em cada disciplina.
- § 3º Poderá ser atribuído conceito "I" (incompleto) nas situações em que, por motivos diversos, o(a) estudante não completou suas atividades no período previsto ou não pode realizar a avaliação prevista.



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

§ 4º O conceito I só poderá vigorar até o encerramento do período letivo subsequente a sua atribuição.

§ 5º Decorrido o período a que se refere o § 4º, o(a) professor(a) deverá lançar a nota do(a) estudante.

CAPÍTULO III DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 63. É condição para a obtenção do título de Mestre a defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, no qual o(a) estudante demonstre domínio atualizado do tema escolhido, nas formas de dissertação ou outro tipo de trabalho de conclusão, como definido em Regulamentação Interna infra regimental específica baseada nos dispostos pelo SNPG e pelo Regimento do PROFMAT Nacional.

Parágrafo único. Independente do formato apresentado, é obrigatório que o trabalho de conclusão final do PROFMAT tenha um texto formalmente escrito.

Art. 64. Os Trabalhos de Conclusão de Curso serão redigidos em Língua Portuguesa, cujos procedimentos para elaboração e depósito deverão atender às normativas estabelecidas pela Câmara de Pós-Graduação, pelo regimento do PROFMAT-BNU e por Regulamentação Interna infra regimental específica.

Secão II

Do Orientador e Coorientador

Art. 65. Nenhum(a) estudante poderá permanecer matriculado(a) sem a assistência de um(a) professor(a) orientador(a) por mais de 30 dias.



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

- § 1º O número máximo de orientandos por professor(a) será de 3 (três), exceto pelo disposto no § 3º deste artigo.
- § 2º O(A) estudante não poderá ter como orientador(a):
 - I Cônjuge ou companheiro(a);
- II Ascendente, descendente ou colateral até o terceiro grau, seja em parentesco por consanguinidade, afinidade ou adoção;
 - III Sócio(a) em atividade profissional.
- § 3º Em sua primeira matrícula, o(a) estudante terá como orientador(a) provisório(a) o(a) Coordenador(a) ou o(a) Subcoordenador(a) do Programa, desde que nenhum destes(destas) ultrapasse o limite de 12 (doze) orientandos, em consonância com o art. 63 da Resolução Normativa Nº 154/CUn/2021.
- § 4º Cada estudante terá, no máximo, até o final do segundo período letivo após sua primeira matrícula para formalizar orientação definitiva, com a submissão de formulário próprio à Secretaria do Programa e posterior homologação pela Coordenação.
- § 5º Anexo ao formulário do § 4º deste artigo, o(a) estudante deverá submeter um Plano de Trabalho contendo Título, Introdução ao tema pesquisado, Objetivos, Metodologia e Cronograma, elaborado em conjunto com seu(sua) orientador(a) e com a assinatura de ambos.
- **Art. 66.** Estão habilitados(as) a orientar trabalhos de conclusão de curso no PROFMAT-BNU todos(as) os(as) professores(as) credenciados(as) no Programa e previstos na regulamentação do SNPG.
- **Art. 67.** Tanto o(a) estudante quanto o(a) orientadora poderão, em requerimento fundamentado e dirigido ao Colegiado Delegado do Programa, solicitar mudança de vínculo de orientação.



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

- § 1º Caberá ao(à) estudante requerente e à Coordenação do Programa promover o novo vínculo, desde que respeitando o disposto no art. 65 deste Regimento.
- § 2º Excepcionalmente, casos que envolvam conflito ético deverão ser tratados de forma sigilosa.
- **Art. 68.** São atribuições do(a) orientador(a):
- I colaborar com o(a) orientando(a) na elaboração do Plano de Atividades e acompanhar sua execução;
- II acompanhar e manifestar-se perante o Colegiado Delegado sobre o desempenho do(a) estudante; e
- III solicitar à Coordenação do Programa providências para realização da defesa pública do trabalho de conclusão de curso.
- **Art. 69.** Além do(a) orientador(a) definitivo, o aluno poderá ter um(a) coorientador(a), interno ou externo à UFSC, desde que autorizado pela Coordenação do Programa, observada a legislação específica, limitando-se ao máximo de 2 (duas) coorientações por trabalho de conclusão.

Secão III

Da Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso

- **Art. 70.** Elaborado o Trabalho de Conclusão de Curso, o mesmo deverá ser defendido em sessão pública, perante uma banca examinadora, desde que o(a) estudante cumpra as seguintes exigências:
- I ter sido aprovado(a) em pelo menos 9 (nove) disciplinas, incluindo todas as disciplinas obrigatórias definidas no Catálogo de Disciplinas;
 - II ter índice de aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero);
 - III ter comprovado a proficiência em idioma estrangeiro; e
 - IV ter sido aprovado(a) no ENQ.



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

§ 1º A solicitação de agendamento da defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso e aprovação da Banca Examinadora será feita através de formulário próprio encaminhado à Secretaria do PROFMAT-BNU, juntamente com o trabalho de conclusão (em formato PDF), com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias da data de defesa.

§ 2º O envio do trabalho de conclusão (em formato PDF) aos membros da Banca Examinadora é de responsabilidade do(a) discente em conjunto com o(a) orientador(a), e deverá ser feito logo na sequência da emissão da Portaria de designação da banca.

Art. 71. Excepcionalmente, quando o conteúdo do trabalho de conclusão envolver conhecimento passível de ser protegido por direitos de propriedade intelectual, atestado pelo órgão responsável pela gestão de propriedade intelectual na UFSC, ou estiver regido por questões de sigilo ou de confidencialidade, a defesa ocorrerá em sessão fechada, mediante solicitação do(a) orientador(a) e do(a) candidato(a), aprovada pela Coordenação do PROFMAT-BNU.

§1º Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, a realização da defesa deverá ser precedida da formalização de documento contemplando cláusulas de confidencialidade e sigilo a ser assinado por todos os membros da banca examinadora.

§2º A Câmara de Pós-Graduação estabelecerá normas e procedimentos para a realização de defesas em sessão fechada.

§3º Por sessão fechada, entende-se que o público deverá assinar um termo de compromisso de confidencialidade.

Art. 72. Poderão ser examinadores(as) em bancas de trabalhos de conclusão os(as) seguintes especialistas:

I – professores(as) credenciados(as) no Programa;

II – professores(as) de outros programas de Pós-Graduação afins;

III – profissionais com título de doutor(a); e

IV – examinadores(as) que cumpram os requisitos do SNPG.



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

Parágrafo único. Estarão impedidos(as) de serem examinadores da banca de trabalho de conclusão:

- a) orientador(a) e coorientador(a) do trabalho de conclusão;
- b) cônjuge ou companheiro(a) do(a) orientador(a) ou orientando(a);
- c) ascendente, descendente ou colateral até o terceiro grau, seja em parentesco por consanguinidade, afinidade ou adoção, do(a) orientando(a) ou orientador(a); e
- d) sócio(a) em atividade profissional do(a) orientando(a) ou orientador(a).
- **Art. 73.** As bancas examinadoras da defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso serão aprovadas pelo(a) Coordenador(a) do Programa, composta por, no mínimo, 2 (dois) membros examinadores titulares, sendo ao menos um(a) deles(as) externo(a) ao PROFMAT-BNU.
- § 1º Para garantir composição mínima da banca de defesa, será nomeado no mesmo ato de nomeação dos membros titulares, o exercício da suplência interna e externa.
- § 2º A presidência da banca de defesa deverá ser exercida pelo(a) orientador(a) ou coorientador(a), responsável pela condução dos trabalhos e, em casos de empate, exercer o voto de minerva.
- § 3º O(A) estudante, o(a) presidente e os membros da banca examinadora poderão participar por meio de sistemas de interação áudio e vídeo em tempo real.
- § 4º Professores(as) afastados(as) para formação, licença capacitação ou outras atividades acadêmicas relevantes poderão participar das bancas examinadoras, não podendo assumir a presidência de bancas de defesa de trabalho de conclusão.
- § 5º Em casos excepcionais, além do número mínimo previsto no *caput* deste artigo, a critério do Colegiado Delegado, poderá ser aceita, para integrar a banca examinadora, pessoa de reconhecido saber na área específica, sem titulação formal.
- Art. 74. A decisão da banca examinadora será tomada pela maioria de seus membros,



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

podendo o resultado da defesa ser:

I – Aprovado(a);

II – Reprovado(a).

§ 1º A versão definitiva do trabalho de conclusão, levando em consideração as recomendações da banca examinadora, deverá ser depositada na Biblioteca da UFSC em

até 90 (noventa) dias após a data da defesa.

§ 2º Excepcionalidades eventuais que prejudiquem a entrega da versão definitiva do

trabalho de conclusão, dentro do prazo estabelecido no § 1º deste artigo, deverão ser

decididas pelo Colegiado Delegado.

Art. 75. As sessões da defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso serão públicas,

em data, local e horário previamente divulgados.

§ 1º A sessão da defesa pública de trabalho de conclusão será composta de 2 partes:

apresentação oral do trabalho pelo(a) estudante, que deverá durar até 50 (cinquenta)

minutos, e arguição pela Banca Examinadora, com duração de até 45 (quarenta e cinco)

minutos por membro.

§ 2º Os membros da banca examinadora externos ao PROFMAT-BNU poderão participar

por meio de sistemas de interação áudio e vídeo em tempo real, desde que devidamente

informado no formulário próprio de pedido de agendamento de defesa e aprovado pela

Coordenação do Programa.

§ 3º O processo de avaliação pela Banca Examinadora consistirá da aprovação do trabalho

escrito e da defesa pública.

§ 4º O(A) orientador(a) será o responsável pela Ata, onde devem ser registradas as

informações referentes à sessão da defesa pública de trabalho de conclusão de curso,

incluindo a decisão da Banca Examinadora. A Ata assinada digitalmente deve ser

encaminhada à Secretaria do PROFMAT-BNU.

CAPÍTULO IV



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

DA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE

- **Art. 76.** Para conclusão do PROFMAT-BNU e obtenção do respectivo título de Mestre, o(a) discente deve:
 - I ter cumprido e validado toda a carga horária de atividades, descrita no art. 39;
 - II ter sido aprovado(a) na defesa do trabalho de conclusão de curso;
- III ter a versão final do texto formalmente escrito inserido no Sistema de Controle
 Acadêmico e na Plataforma Sucupira pela Coordenação Acadêmica Institucional; e
- IV satisfazer, nos prazos previstos, as exigências da Resolução Normativa 154/2021/CUN e deste Regimento.
- § 1º A Comissão Acadêmica Nacional emite selo de autenticidade da SBM, conforme calendário definido por esta comissão, após o completo cumprimento do *caput* deste artigo.
- § 2º Para a emissão do diploma, o(a) discente terá que apresentar selo de autenticidade da SBM.
- § 3º Caberá à UFSC emitir o diploma de Mestre em Matemática, uma vez cumpridos todos os requisitos do *caput*.
- § 4º A entrega da versão definitiva do trabalho de conclusão aprovado, em até 90 (noventa) dias após a data da defesa, determina o término do vínculo do(a) estudante de pósgraduação com a UFSC.
- § 5º Cumpridas todas as formalidades necessárias à conclusão do curso, a coordenação dará encaminhamento ao pedido de emissão do diploma, segundo orientações estabelecidas pela PROPG.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 77. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado Delegado ou pelo Colegiado Pleno, de acordo com a pertinência do tema.



CENTRO TECNOLÓGICO, DE CIÊNCIAS EXATAS E EDUCAÇÃO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL

Art. 78. Este Regimento se aplica a todos os(as) estudantes do PROFMAT-BNU que ingressarem a partir da data de sua publicação no Boletim Oficial da UFSC.

Parágrafo único. Os(As) estudantes já matriculados(as) até a data de publicação deste Regimento poderão solicitar ao Colegiado Delegado do PROFMAT-BNU a sua sujeição integral à nova norma.

Art. 79. Este Regimento entrará em vigor na data da publicação no Boletim Oficial da UFSC, mediante prévia aprovação pelo Colegiado Pleno e homologação na Câmara de Pós-Graduação.